

Educação

1808 - MOTIVOS REAIS PARA A VINDA DA CORTE PORTUGUESA AO BRASIL: FUGA OU ESTRATÉGIA POLÍTICA?

Miguel Martinho Coelho de Andrade¹

Resumo. Em 2008, rememoramos os 200 anos da vinda da Família Real portuguesa para o Brasil. Perguntamo-nos: D. João VI, o monarca português da ocasião, deixou-se intimidar ou foi estrategista? O acolhimento da corte pelo Brasil da época foi deslumbramento ou cálculo? Para tentarmos dirimir essas dúvidas, este trabalho percorreu o bloqueio napoleônico; a então recente necessidade inglesa de livre comércio com as colônias americanas e as conveniências portuguesas de neutralidade política, diante das potências vizinhas, galvanizando as preocupações para a ideia de preservação da soberania metropolitana e de suas colônias com a migração para o Brasil. Tal opção pode ser a justificativa de ter-se copiado no Brasil independente, o modelo de administração e de política externa do Estado português. Enfim, todo o *savoir-faire* da Coroa portuguesa passa a ser o legado português, como forte indício de que havia, na transferência da Corte uma intenção de governo à distância. Por isso, a influência de costumes, modo de vida, administração pública e política externa, dando continuidade às instituições lusitanas como a monarquia, a escravidão e a estratificação social a partir da própria corte. Esse modelo representaria uma promessa de estabilidade, unidade nacional e da paz social, a ser implementado após a independência brasileira. A relevância desse estudo está, pois, em analisar o resultado da vinda da corte, em suas intenções e reflexos, o que nos permite entender, fora de uma ocasionalidade improvisada, não só a estratégia política, mas também o que houve por duzentos anos depois daquela data.

Palavras-chave: França Napoleônica. Bloqueio Continental. Política de Neutralidade. Família Real no Brasil.

Résumé. En 2008, pour commémorer le 200 anniversaire de l'arrivée de la famille royale portugaise au Brésil. Nous demandons, alors: D. John VI, le monarque portugais de l'occasion, je stratège est de savoir si ou intimider? L'hôte de la Cour par le Brésil de la saison a été fabuleuse ou calcul? Pour tenter de répondre à ces questions, ce travail a parcouru le blocus napoléonien, puis la récente anglais nécessité de libre-échange avec les colonies d'Amérique et le confort de la neutralité politique portugaise, face à des pouvoirs voisins, a galvanisé les préoccupations à l'idée de préserver la souveraineté et l'métropolitaine leurs colonies avec la migration vers le Brésil. Cette option mai être la justification d'avoir été copié au Brésil

¹ Especialização em Aplicações Complementares às Ciências Militares/EsAEx. Colégio Militar de Salvador (CMS), Salvador/BA, Brasil. mmcandrade@yahoo.com.br

indépendant du modèle d'administration et de la politique étrangère de l'État portugais. Enfin, tous les savoir-faire de la couronne portugaise devient l'héritage portugais, comme il y avait des preuves solides que le transfert d'une intention de réduire gouvernement à distance. Par conséquent, l'influence des coutumes, le mode de vie, de l'administration publique et de la politique étrangère, en continuant à des institutions telles que les lusitaniens monarchie, l'esclavage et de la stratification sociale de la cour elle-même. Ce modèle représente une promesse de stabilité, l'unité nationale et la paix sociale, à être mis en oeuvre après l'indépendance du Brésil. La pertinence de cette étude est donc d'examiner les résultats de la venue de la Cour, dans ses intentions et des réflexes, qui nous permet de penser en dehors d'une occasionnels improvisés non seulement la stratégie politique, mais aussi par ce qui s'est passé deux cents ans après cette date.

Mots-clés: France napoléonienne. Blocus continental. Politique de neutralité. Famille royale au Brésil.

1 Introdução

Em 2008, o Brasil rememora a vinda da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro, ocorrida há 200 anos. D. João VI, o monarca lusitano daquela época, decidiu pelo o que considerou a sobrevivência da corte e soberania da Coroa. Essas medidas tiveram reflexo para a posterior independência brasileira e para o que o Brasil viria a se tornar depois daquele momento.

A análise desse processo implica considerar, no contexto em que Portugal sofria a ameaça bélica e a necessidade diplomática de fulcro econômico, quais alternativas o monarca poderia encontrar para obter no pós-crise as condições de manutenção política e econômica do Estado na situação

de rendido e na situação de soberano; que consequências adviriam ao futuro do Reino e da Coroa.

Pesquisamos, então, na postura da França Napoleônica, o Bloqueio Continental e, na posição da Inglaterra, a defesa da florescente indústria e sua necessidade de livre comércio com as colônias americanas. Vimos nisso as imposições desse contexto à conduta diplomática portuguesa para compreender, sob esse prisma, quase caleidoscópico, a idéia remota da vinda da corte portuguesa da Europa para o Brasil como estratégia de preservação da soberania metropolitana de suas colônias.

O inevitável impacto da presença da corte na vida da colônia passa a ser um segundo fato histórico, no qual vamos observar como a forma da admi-

nistração e da política externa do Estado português que foi copiado no Brasil, representa a continuidade de um governo iniciado treze anos antes. Como consequência disso, buscamos constatar na história e em instituições brasileiras todo um legado cultural e administrativo como base das condições necessariamente aproveitadas para a Independência, como *status-quo* garantidor da unidade nacional e da paz social pretendida.

Metodologicamente, este estudo opta pela linha epistemológica e estruturalista, uma vez que a natureza da vinda da corte é discutida no contexto do reino português e das suas colônias, ante as potências político-econômicas que os influenciavam à época. Adotar a perspectiva portuguesa na observação do cenário político europeu busca não necessariamente estabelecer uma verdade para o fato histórico principal, mas sua compreensão como uma opção política que visava não apenas uma sobrevivência individual, mas uma alternativa garantidora de segurança político-econômica de um futuro para o qual se olhava com expectativa de integridade e soberania.

Como objetivo, este relato da pesquisa intenta assim, demonstrar através de motivações e fatos, a intenção portuguesa ao migrar sua Coroa para

o Brasil.

2 O Brasil antes da Corte

Desde o início da colonização, o Brasil teve lutas internas que punham em dúvida a autoridade Real sobre si. Nem sempre separatistas, inicialmente os colonos lutavam por direitos que atenuassem as cobranças do estado português sobre suas vidas (MOTA, 1969).

Essas lutas, do início da colonização, nativistas e genuínas ameaçavam, sem saber, a autoridade Real. Uma vez que a colônia era exclusiva da metrópole, não lhe cabia cobrar direitos, mesmo primários, porque o Estado Absolutista metropolitano não admitia. Portanto, as lutas nativistas foram vencidas repressiva e impiedosamente.

Com o passar dos séculos, a inquietude colonial ganhou novos e decisivos fatores: o ouro das Gerais alimentou os anseios autonomistas coloniais mais que qualquer outro gênero comercial anterior; o pensamento iluminista europeu e o exemplo de independência colonial dos Estados Unidos da América transformaram as lutas nativistas do Brasil em lutas de independência nacional. Por sua vez, o rigor fiscal português acentuou-se diante dos ganhos auferidos com o ouro e o diamante; bem como se acentuou

contra o iluminismo o controle repressivo sobre a colônia tornando esse controle insuportável.

Assim, no Brasil do final do século XVIII e princípio do século XIX, não havia mais a intenção de ser colônia. Ricos e pobres, realistas e visionários, de norte a sul da colônia lutavam pela independência colonial, pela liberalidade comercial e política ante o mercantilismo e o absolutismo político (MOTA, 1969).

Havia, portanto, motivos orgânicos da colônia que requeriam uma atitude da metrópole em prol da manutenção do vínculo colonial.

2.1 As razões de Portugal

Havia, também, motivos orgânicos metropolitanos para que sua majestade viesse ao Brasil. O quadro político de guerras européias há muito tempo havia colocado essa alternativa à Corte portuguesa.

A França, desde a Idade Moderna, assediava o continente europeu para submetê-lo a seu governo; a Espanha, que já havia anexado Portugal, desde a Idade Média, ameaçava a soberania lusitana; a Inglaterra, a Holanda e a França esperavam um momento que lhes permitisse tomar para si colônias ultramarinas, inclusive portuguesas (CROUZET, 1975).

Embora Portugal tenha sido aparentemente neutro nas disputas entre as potências vizinhas, desde a Idade Média havia uma conveniência sua com a Inglaterra. Foi com essa e com a Holanda que os lusitanos trataram comercialmente, desde o Século XIV, depois da Revolução de Avis, para se prevenirem do Reino de Castela, embrão do Reino da Espanha (CROUZET, 1975).

Foi dos tratados comerciais com as metrópoles vizinhas que saiu a condição econômica do reino lusitano para transpor os sete mares e conquistar terras, poder e glória; conquistas que assegurariam sua independência nacional.

Quando anexado à Espanha, em um momento ímpar que não se repetiu jamais, Portugal perdeu os laços comerciais com a Holanda, que era inimiga da Espanha. Sobrou-lhe a Inglaterra como parceira comercial e política internacional, com quem o Reino tratou a restauração de sua casa dinástica, a sobrevivência de seu Estado e a soberania sobre seus territórios coloniais e metropolitano (HOLANDA, 1972).

O tratado comercial se tornou um motivo para a conveniência política lusitana. Ao longo dos séculos, os portugueses não só repetiram os tratos de comércio, mas renderam à Inglaterra

uma velada vassalagem política (NOVAIS, 1969).

Quando se viu em disputa definitiva contra a França, no campo militar, na Era Napoleônica, a Inglaterra contou com Portugal para enfrentar o inimigo (GOMES, 2008). Os portugueses contribuíram, mas preservando seu soberano, que não se rendeu ao inimigo ao vir para o Brasil.

A não-rendição Real, embora D. João tivesse ordenado recepção cortês ao invasor, não significou comprometimento de sua autoridade, que pôde ser exercida em outra parte do reino, com a devida legitimidade. Assim, o que os franceses fizeram na sua ausência foi à sua revelia, sem a sucumbência do comando nem legitimidade política num cenário internacional. Isso legitimou a posterior expulsão do invasor, mantendo-se ao mesmo tempo soberano no Brasil.

Por esses motivos, desde muito tempo antes de 1808 havia a hipótese da corte lusitana vir ao Brasil, estabelecer aqui seu governo e inverter a ordem das coisas entre colônia e metrópole portuguesa. Ministros importantes aconselharam seus reis a mudarem-se para Salvador e, depois, para o Rio de Janeiro, cada vez que a Espanha ameaçou a integridade territorial lusitana, ou quando qualquer outra potência ameaçou o domínio colonial portu-

guês (GOMES, 2008).

A hipótese, muitas vezes adiada, não foi mero temor dos vários reis portugueses ao longo dos séculos. Havia a possibilidade da metrópole não aceitar a inversão. Obedecer à colônia, mesmo que as ordens fossem dadas por seu Rei, era algo inusitado demais para um povo europeu. Também era inaceitável para as outras metrópoles européias relacionarem-se com um governo colonial, cujos súditos seriam povos não reconhecidos, que eles consideravam sem expressão nem tradição, ante a sua civilização européia.

Não foi uma inércia impotente, apenas, a permanência da corte lusitana no lugar de onde ela veio, até que as tropas francesas surgissem às vistas dos nobres portugueses que vieram. Assim como sua vinda, precipitada, só ocorreu porque acentuaram-se os já comentados motivos europeus para que a corte viesse.

2.2 Uma política de fim de era para o contexto europeu

A política européia entrou em uma fase definitiva na virada de século recente à vinda de D. João VI. O mundo havia mudado com a industrialização inglesa e a Revolução Francesa, mas as guerras da Idade Moderna continuavam como antes – ainda eram a

forma mais comum das nações se relacionarem entre si, em vista de suas ambições territoriais e comerciais (HOBSBAWN, 2000).

Essa forma de relação internacional, a diplomacia do canhão, era própria da Idade Moderna, com o monopólio comercial das metrópoles e seus mercados coloniais cativos. Esse monopólio não deixava à concorrência alternativas que não fossem o contrabando comercial e o confronto bélico (CROUZET, 1975).

Por esse motivo, as guerras européias marcaram o século XVIII histórico, que durou mais do que os cem anos do tempo cronológico – iniciou-se em 1666, com um ataque francês à Holanda, estendendo-se até 1815, com a queda de Napoleão Bonaparte em Waterloo. Nos seus últimos momentos, o histórico século XVIII teve nas guerras napoleônicas seu complemento (CROUZET, 1975).

Portanto, as guerras napoleônicas não foram um fato histórico dissociado do século precedente, tampouco se referiram apenas à Revolução Francesa de 1789, como normalmente se escreve. Mas essas guerras foram mais uma expressão da pretensão de um povo europeu que acreditou na superioridade racial e no predomínio sobre os demais povos, por meio da força, em busca da própria expansão econômi-

ca e territorial, a custo dos outros.

O momento revolucionário francês foi de um sonho de liberdade contra o atraso social feudal, o mercantilismo econômico e a política absolutista da Idade Moderna, com a maior parte das sociedades européias e coloniais inebriadas com ideais libertários (HOBSBAWN, 2000). Naquele momento, Napoleão investiu contra os governos do atraso, em toda a sua vizinhança, com benefício para as sociedades dos países vizinhos, que aproveitaram o ensejo para destronar monarcas absolutos e anacrônicos que os oprimiam. Por ser contra o atraso e a favor de ideais da própria época, a Era Napoleônica mobilizou os dois lados do Atlântico (HOBSBAWN, 2000).

A economia, por sua vez, também mudou. Havia novos motivos materiais para as nações relacionarem-se entre si. O monopólio comercial já não era parte da nova realidade. À medida que a indústria se desenvolvia no local do seu nascimento, a Inglaterra, era necessário procurar novos mercados, a despeito de velhas metrópoles (HOBSBAWN, 1978).

Tal qual na política, a ideia de liberdade fez-se na economia. Essa busca por mercados também ocorreu no espaço físico de outras metrópoles, não só nas suas colônias, tornando-as dependentes do consumo dos

produtos industriais e do capital financeiro da Inglaterra (HOBSBAWN, 1978). Essa abertura econômica nos países absolutistas também os tornou vulneráveis a comoções sociais.

Não obstante as tentativas das metrópoles mercantilistas de prosseguirem com o monopólio comercial, não lhes caberia mais essa benesse. Da mesma forma, não caberia o bloqueio que Napoleão havia decretado como estratégia política e militar aos produtos ingleses no continente europeu. Eis que os maiores prejudicados pelo bloqueio foram os próprios europeus continentais, não a Inglaterra (HOBSBAWN, 1978).

Os ingleses tinham as Américas, as quais já abasteciam indiretamente, há muito tempo, para desafogo de sua economia. O bloqueio da Europa e a intervenção da potência inimiga nas outras metrópoles suprimiram os intermediários do caminho da Inglaterra com as Américas e a estas permitiu sentir o gosto da liberdade, a ponto de não mais quererem ser cativas de ninguém, diretamente (CROUZET, 1975).

2.3 Atitude portuguesa

Uma vez no Brasil, a corte lusitana precisava sobreviver. Por isso, o aparato administrativo português veio junto

com a nobreza (COSTA, 1977). Escolas de ensino superior, civis e militares, ministérios, impostos, mais repressão policial e a centralização administrativa criaram-se na colônia desde 1808. A metrópole interiorizou-se, tornando o Rio de Janeiro o novo polo atrativo dos esforços do restante do Brasil (DIAS, 2007).

A centralização do poder na nova capital da metrópole e os tributos que se abateram por toda a colônia criaram insatisfações que redundaram em revoltas sociais (PRADO JÚNIOR, 1967). Mas as forças legalistas mantiveram a unidade colonial a despeito de revoltas separatistas. Por isso, a administração usou a força para calar a província de Pernambuco, em 1817 – tributária da província do Rio de Janeiro, saudosa do passado glorioso, assolada por intempéries e revoltada com todas aquelas circunstâncias (GOMES, 2008).

Por outro lado, D. João, externamente, contemporizou com a entrada do Brasil no contexto de liberdade comercial, para acesso direto dos ingleses. A contemporização com a liberalidade comercial, concretizada com a abertura dos portos em 1808 e os tratados de 1810, transferiu a dependência do Brasil para outra metrópole e não pôde mais ser revertida a favor de Portu-

gal (MANCHESTER, 1973). Os brasileiros de então gostaram de vender o algodão e o açúcar diretamente ao seu maior comprador, bem como gostaram de comprar diretamente do produtor o que aqui se consumia.

No modo de vida, assim como na economia, a cultura do Brasil foi tutelada objetiva e inflexivelmente por influências externas, conforme as medidas tomadas por D. João VI. A França tornou-se tudo o que o Brasil gostaria de ser (GOMES, 2008). O modelo monárquico francês, com os perfumes, os tecidos caros, a moda, a sala dos espelhos de Versalhes já dominavam o cérebro da corte lusitana, havia muito tempo, conseqüentemente dominaram o gosto da sociedade colonial. O Brasil copiou a corte lusitana que copiava a francesa; recebeu a missão francesa que deu à corte tropical o frescor juvenil, modista e europeu.

Foi D. João VI quem permitiu que os estrangeiros descobrissem o Brasil, mesmo atrasados por três séculos. O mecanismo do príncipe para permitir esse ingresso internacional no Brasil foi a chegada da corte e a abertura dos portos, o que mudou o isolamento colonial de forma repentina. O resultado foi uma invasão estrangeira sem precedentes

(PRADO JUNIOR, 2008).

2.4 O Brasil desde então

Quanto ao Brasil, a forma como a corte lusitana aqui esteve, no que se refere à administração pública e ao modo de vida que aqui se desenvolveu, gestou um estado gastador e uma economia dependente.

A despesa pública, paga pela sociedade, perpetuou a vocação tributária do Estado Nacional português no Brasil. Isso gerou revoltas provinciais, por vezes separatistas, que foram reprimidas à força.

Economicamente, o Brasil tornou-se freguês dos produtos da indústria inglesa e pedinte de empréstimos ao sistema financeiro da Inglaterra.

Culturalmente, o novo país independente também comportou-se como colônia deslumbrada com a moda francesa trazida pela corte portuguesa.

Por fim, nos modos nacionais, ficou o hábito da transição ao invés da ruptura; como transitório foi o Estado português em sua política de neutralidade na Europa para salvar a si e a suas colônias. Essa transição lusitana, o Brasil recebeu na vinda de D. João VI, que abortou com sua autoridade as inquietações separatistas coloniais, e criou as instituições que, após sua partida, legitimaram o poder do Esta-

do Nacional brasileiro.

3 Conclusão

Foi em função desse contexto que o Brasil, depois de receber o legado lusitano através dos séculos, também copiou estrangeirismos em aparente falta de autenticidade. Entretanto, há que se perceber, nessa opção, um posicionamento calculado de uma elite de empreendedores que aspiravam ao liberalismo. Essa cópia foi essencial para o país buscar seus interesses, conforme a ocasião os apresentava. Os impostos, as revoltas e a repressão resultaram em um Estado Nacional e na soberania sobre um território continental vasto e unificado.

Como se vê, em relação aos questionamentos iniciais da pesquisa, o contexto europeu corresponde a uma visão estratégica da retirada da Coroa; o contexto brasileiro corresponde a uma necessidade das instituições coloniais, para Portugal, e a validade de se tê-las trazido ao Brasil por D. João VI, como condição inicial para que o Brasil continuasse único e pacífico, embora futuramente independente.

Assim, o Príncipe-Regente português de 1808 manteve-se no trono e o assegurou à sua família por mais um século; a Inglaterra ganhou o mercado

substitutivo do europeu, que estava bloqueado por contingências da guerra; o Brasil ganhou instituições que compuseram o que viria a ser o seu Estado Nacional, após a Independência. A vinda da Corte lusitana foi, portanto, uma estratégia de Estado português, que serviu a Portugal, à Inglaterra e ao Brasil, e no exato momento em que ocorreu.

Referências

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

CROUZET, Maurice (Dir.). **História Geral das civilizações**. São Paulo: Difel, 1975.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Interiorização da Metrópole**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007.

GOMES, Laurentino. **1808**. São Paulo: Planeta, 2008.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era das revoluções**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1972.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

MANCHESTER, Alan K. **Preeminência inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1969.

NOVAIS, Fernando. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: Carlos Guilherme Mota (Org.) **Brasil em Perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1969.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. 6. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.